

**Projeto:** Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2000-2015)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência - BRANDÃO, Beatriz. O Estado nas margens e as margens do Estado: ações políticas para meninos em condição de rua usuários de crack. Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 21 (2), p. 173-180, jul./dez. 2013.

2) Resumo e Palavras-Chave - O universo dos meninos em situação de rua e usuários de crack revela-se como um eixo fundamental no âmbito das políticas públicas. Nesse cenário, há um hiato entre a ação política e o que se refere à assistência e ao cuidado desses meninos, em que o desnivelamento é verificável em duas vertentes antagônicas nas políticas sociais: o da inclusão e o da repressão. A inclusão se insere na abordagem dada pelos Direitos Humanos, enquanto a repressão abarca atitudes de contenção e punição. Esse trabalho atua na perspectiva de aprofundar o conhecimento acerca das estratégias de enfrentamento dessa problemática, por meio da análise teórica de como se dá a atuação do Estado em um ponto que se encontra na margem social.

Palavras-Chave: biopolítica; meninos de rua; usuários de crack.

3) Objetivo do estudo - Esse artigo propõe uma apresentação do quadro de tratamento político e assistencial destinado a meninos em situação de rua usuários de crack, tentando pensar como ocorre a dialética entre o Estado e suas margens. Para compor esse panorama, analisamos a atuação do Estado em suas margens, partindo da discussão foucaultiana sobre biopolítica, bem como do aporte teórico específico do objeto em questão: os meninos de rua.

4) Tipo de pesquisa - revisão teórica.

5) Período da pesquisa - não informado.

6) Forma de coleta de dados - não informado.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico - Para abordagem teórica partimos do livro “Antropologia das Margens do Estado”, que questiona trabalhos antropológicos em diferentes regiões para refletir sobre o que teria constituído a etnografia do Estado imbuído em práticas, lugares e linguagens considerados à margem do Estado-Nação.

Diante dessa exposição, pensamos como é a atuação do Estado nesses espaços constituídos às margens sociais e territoriais, que são sancionados pelo uso legítimo da força, por práticas de violência. Com o foco nos meninos moradores de rua e usuários de crack, procuramos entender como a população desse território promove a linguagem de sua própria justiça ao tentar se posicionar diante das fronteiras já formadas. E de que forma o poder público age, não somente na área espacial que se encontram, mas em seus corpos, como veremos num diálogo com Foucault.

8) Resultados / dados produzidos - Os meninos em situação de rua e a cracolândia são epígrafes da margem estabelecida a partir da vida precária e de territórios estigmatizados. Tendo por base a análise de Das e Poole (2004), podemos ver as formas de abordagem e de gerência do Estado junto a essa população heterogênea. Dessa forma, os espaços que os meninos utilizam para habitar ou fazer uso de sua droga são balizados pelo uso da vigilância e da violência sancionada pelo Estado, transformando-se – como explicitado pelas autoras – numa “zona de emergência” em que perfazem seu percurso entre o legal e o ilegal.

O próprio uso do crack faz parte desse processo de construção dos limites legais e extralegais e, conseqüentemente, da construção de si. A existência desses “farrapos humanos” tem uma força política inaudita e pode funcionar como um ponto de partida, uma âncora, para crítica nessa era da apatia, pois eles põem em questão a maioria de nossas instituições – família, escola, segurança, saúde. Seja pela impossibilidade, num cenário de extrema desigualdade, de democratização do caráter integrador que comportam, seja por escancarar seu lado disciplinador e até mesmo violento. Ao fazê-lo, encontraram uma forma de vida autoabusiva – que, todavia, é tanto mais destrutiva em função da política de repressão quase ilimitada que marca a ação do Estado.

9) Recomendações - Há que se ter um tratamento adequado e que respeite a heterogeneidade do grupo, porém o tratamento não deve se mostrar em termos de dicotomias (normal e anormal) e sim de compreensão da capacidade de subjetivação desses atores, que estão imersos numa concretude social que deve ser passada em revista pelo que se apresenta na temática aqui brevemente estudada. O caráter desse fenômeno é crescente e deve ser objeto de muitas discussões, não somente acadêmica, mas deve perfilar como ponto de debate nas entidades representativas e instituições.

10) Observações e destaques -

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.